

GEOGRAFIA POLÍTICA: UM BALANÇO DE SUA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA NA CONTEMPORANEIDADE

Vanessa TEIXEIRA¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo fazer um levantamento das produções científicas no cenário internacional e nacional do campo da Geografia Política, priorizando os que trazem em seus títulos a palavra “Geografia Política”. O período delimitado para a representação desse conjunto de obras encontra-se voltado pelo período de 1990 e 2014. Os resultados obtidos mostram a afirmação da Geografia Política perante a ciência geográfica e demais campos de conhecimento, com alguns indicadores das obras disseminadas sobre seu conjunto temático ao longo dos anos. Ressalta-se que ao contrário da sólida produção científica internacional, no Brasil, somente na última década que esse campo ganhou aportes teóricos mais consistentes em publicações.

Palavras chave: Estado. Produção. Geografia. Geografia Política.

¹ Licenciatura em Geografia (2013) e Mestrado (2016) em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), câmpus de Guarapuava. Atualmente, é professora na rede estadual de educação básica do Paraná. Geoinf: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 7, n. 2, p. 103-126, 2015
ISSN 2175-862X (on-line)

GEOGRAPHY POLITICS: A LITERATURE PRODUCTION YOUR BALANCE IN CONTEMPORARY

ABSTRACT

This article aims to survey the scientific production in international and national scenario of Political Geography field, giving priority to those who bring in their titles the word "Political Geography". The period defined for the representation of this group of works is geared for decades (1990-2014). The study allows you to check the statement of Political Geography before the geographical science and other fields of knowledge, with some indicators of works disseminated on your theme together over the years. It is noteworthy that unlike the solid international scientific production, it appears that, in Brazil, only in the last decade that this field has gained more consistent theoretical contributions in publications.

Keywords: State, Production, Geography, Political Geography .

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo fazer um levantamento das produções científicas no cenário internacional e nacional do campo da Geografia Política, priorizando os que trazem em seus títulos a palavra “Geografia Política”. O período delimitado para a representação desse conjunto de obras encontra-se voltado para o intervalo de 1990 e 2014.

De fato, como se trata, evidentemente, de realizar neste estudo apenas um registro das obras com temáticas nesse campo, essa reflexão se insere sobre as “perspectivas” teóricas no cenário científico recente, muito embora, algumas temáticas já tenham um lugar estabelecido por excelência dentro desse campo. No entanto, de maneira alguma isso deve ser entendido como uma espécie de “nomeação” de estudiosos que compõem desse campo.

Desse modo, uma análise das obras literárias existentes no cenário internacional e nacional representa uma reflexão necessária ao estudo da epistemologia de uma ciência (ou de suas subáreas), uma realidade que se consolida ao verificando o poder vigente dominante de um período na influência para as teorias científicas, concepção trabalhadas em uma época sendo adotadas em outras com outros significados, ou mesmo na emergência de novas bases teóricas científicas para suprir os aspectos dos anteriores, etc. (CAMPOS; GUIDUGLI, 2011).

Nesse propósito, no período compreendido a partir de 1990, soma-se um conjunto de obras que dialogam sobre desafios e posicionamentos sobre o novo mapa do mundo que se redesenhava e o aparecimento de novos elementos teóricos ao capô da Geografia Política. Temos a obra de Joan-Eugeni Sanchez “Geografia Política”, publicada a primeira edição em 1992, procura retratar sobre a coesão de poder e o domínio por grupos sociais do espaço e sobre as normas e valores vigentes das instituições. Para esse autor, as atuações políticas têm reflexos espaciais-territoriais, sendo os conflitos, inerentes ao processo (SÁNCHEZ, 1992).

Segundo Sanchez (1992), o conjunto de instituições que compõem o aparelho do Estado são formas de prestação de autoridade política a sociedades modernas para gerir o poder político, assim, em sua obra o Estado também está implícito, quando se remete ao conjunto dos interesses que controlam o poder político.

Em seu tratamento do Estado, reconhece a escala como elemento fundamental na articulação política da sociedade. Segundo Laurin (2002), o Estado é considerado por Sánchez uma unidade básica fundamental da gestão política, do território, da sociedade, dos interesses econômicos estatais, como também, o Estado enquanto interlocutor socioterritorial com o poder econômico a escala mundial.

Dessa forma, é possível verificar em sua obra, “del Estado y llega al individuo en su escala cotidiana, para arribar finalmente a la escala mundial. En cada una de estas dimensiones el poder es el hilo conductor de su estudio” (LAURIN, 2002, p. 1).

Entre os indicativos de Sánchez (1992), reconhece os elementos entre a organização política na sociedade e do espaço geográfico em todas as escalas. Nessa primeira faz referência ao conjunto de normas e os valores impostos socialmente segundo alguns modelos e, em relação ao espaço geográfico, os elementos se adaptam seguindo as orientações do modelo social. De acordo com sua análise, as relações sociais contêm e/são importante componente de relações de poder, com diferente grau de dominância. Trazendo como concepção a existência do poder como relação assimétrica entre os indivíduos e grupos, assim retrata a relação do poder com vínculo ao espaço (SÁNCHEZ, 1992).

De acordo com Laurin (2002, p. 1), essa obra de Sánchez, o autor “retoma el tema del poder como mecanismo motivador de la actuación social colectiva, no dejando dudas sobre el alcance que tiene el concepto en las transformaciones espaciales.”

Registra-se também os trabalhos de Jonathan R. Barton, em 1997, “A Political Geography Of Latin America” e dos pesquisadores Lorenzo López Trigal e Paz Benito Del Pozo, em 1999, com a obra “Geografia Política”, com relevância pelas suas discussões os autores não deixam de ressaltar a importância do Estado na interrelação com o espaço na Geografia Política. Trigal e Pozo (1999) argumentam sobre a renovação da Geografia Política enquanto campo de conhecimento e seus conteúdos, expandido além de um debate sobre o Estado restrito a sua unidade político-territorial para um âmbito mais global, sua ação diante de uma sociedade capitalista em transição pelo excesso de processos políticos e socioculturais, acarretando novas problemáticas.

Com isso, um esforço em entender os novos elementos para algumas abordagens já presentes como é o caso do Estado, fronteira e outros conteúdos possíveis em voga, como o espaço e as relações de poder, comportamento eleitoral, regionalização política, problemas ambientais na esfera internacional (TRIGAL; DEL POZO, 1999). Os autores apontaram algumas tendências de relevância para o campo de estudo naquele momento.

Assim, são discussões resultantes do contexto das grandes transformações pelas quais o mundo passava (últimos 40 ou 30 anos), acompanhadas por uma sucessão não linear de mudanças relacionadas à ordem econômica, política, social (COSTA, 1992) com um estágio monopolista ainda mais forte, e a constituição de blocos econômicos e a intensificação das regionalizações.

[...] Los cambios habidos en los años noventa supondrán << el final de la guerra fría>>, el derrumbamiento del bloque socialista y la desaparición de la Unión Soviética, el peso cada vez más fuerte de las corporaciones transnacionales en la economía del sistema-mundo, ya globalizada e interdependiente, y asimismo las incertidumbres que se ciernen sobre el orden internacional, son otros tantos hechos y situaciones [...] En este nuevo contexto es notable el interés por la Geografía Política y la geopolítica que ofrecen los medios de comunicación y los gabinetes de estudios de los gobiernos y de organismos internacionales [...] (TRIGAL & DEL POZO, 1999, p. 48).

Deste modo, dentro de uma inversão de discursos, o mapa político do mundo adquire novos contornos que passaram a evidenciar um feixe de relações em permanente processo de transformação para as pesquisas em Geografia Política.

[...] las temáticas y áreas investigadas de mayor dedicación en este tipo de literatura específica de Geografía Política/geopolítica han sido, de un lado, las geopolítica regionales y de los Estados con conflictos y el pensamiento geopolítico, y de otro lado, modelos espaciales y políticos y relaciones de poder. Esta renovación y mayor interés por la Geografía Política es también observable entre los geógrafos españoles, traducido en una preocupación teórica (Bosque Sendra, 1982; Méndez y Molinero, 1984; García Ballesteros y Bosque Sendra, 1985; Sánchez, 1988; Bosque Sendra y García Ballesteros, 1989; Bosque Maurel, 1992) o en temas específicos de geografía electoral (Bosque Sendra), de organización territorial del Estado (Burgueño, López Trigal) y de geografía de fronteras (López Trigal, Cabero Diéguez) (TRIGAL & DEL POZO, 1999, p. 49).

Esses estudos trazidos pelos autores caracterizam uma produção em Geografia Política naquela oportunidade, com uma apropriação de estudiosos espanhóis e novas proporções em debates, indicando assim, uma afirmação do avanço das discussões. Outros estudos levantados que compõem seu importante acervo, além das já especificadas anteriormente, são: Blacksell (1981); Muir (1981); Bosque Sendra (1982); Mendez & Molinero (1984); Ferro (1993); Taylor (1994); Short (1994); Glasner (1995); Corna Pellegrini (1995); Woods (2004). Trigal e Del Pozo (1999) avaliam que

[...] En el panorama general, pues, se con un amplio bagaje de producción investigadora, múltiples publicaciones, y sobre todo avances metodológicos y conceptuales que van a ser los resultados obtenidos por la Geografía Política en último medio siglo. De hecho, la Geografía Política ha registrado una notable evolución, depurando los contenidos o sustituyéndolos [...].

Em continuidade, nas contribuições mais recentes localiza-se a obra de John Agnew “Making political geography”, publicada em 2002, onde oferece um esforço de análise sobre

ideias, discussões e teorias de como o campo da Geografia Política foi sendo construída pelos autores com relações bem particulares para concentrações de poder, evoluiu a partir do final do século XIX até o século XXI. Desta forma, buscam compreender sobre o significado do político, os diferentes perspectivas teóricas, com discussões de algumas obras consideradas clássicas para a Geografia Política datadas na década de 1890, bem como, sobre alguns dos grandes nomes do período.

Além disso, esse estudo traz reflexões críticas às novas ondas de renovação do campo da Geografia Política que se colocam a partir da década de 1960 e sobre as abordagem que se colocam no contexto político que venham a ser pensadas como tendências recentes, em síntese destacam-se três, sendo: poder e escala geográfica num mundo globalizado; política global voltado a questão do ambientais; organização geográfica da política.

Na obra de “Key Concepts in Political Geography”, foram organizadas pelos pesquisadores Carolyn Gallaher, Carl T. Dahlman, Mary Gilmartin, Alison Mountz e Peter Shirlow, no ano de 2009, um conjunto de temáticas e conceitos centrais ao campo de pesquisa contemporânea da Geografia Política, pode-se lista mais de vinte conceito-chaves que tomou suas explicações até aquele momento, sendo: Estado-nação; governança; democracia; hegemonia; território; geopolítica; superpotência; colonialismo/imperialismo; economia política; ideologia; socialismo; neoliberalismo; globalização; Migrações; escala; fronteira; regionalismo; conflito; pós-conflito; terrorismo; anti-estatismo; nacionalismo; cidadania; pós colonialismo; representação; gênero; e outros. Considerando essa relação de abordagens, recebe aqui um tratamento como uma espécie de seis eixos temáticos.

Nesses termos, o primeiro eixo está centrado sobre a perspectiva governamental, com referência ao Estado-Nação, soberania e democracia, compartilhando sobre as tensões que surgem, os ganhos, a autoridade sob as pessoas e suas atividades, nas fronteiras, os mecanismos pelos quais um governo acumula capital social e regulação a política social (GALLAHER, 2012 [2009]). De modo geral, nesses conceitos, cabe verificar não unicamente como as estruturas de governança são organizados, mas também como eles se modificam entre as divisões sociais e territoriais (GALLAHER, 2012 [2009]).

O segundo eixo pauta-se aos modos de poder, reconhecendo a hegemonia como uma forma de poder que se baseia não só na força bruta (monopolização dos meios de violência), mas o consentimento dos governados, assim, é possível reconhecer que tal conceito está atrelado as decisões tomadas pelos governos ao que compete, por exemplo, que a sociedade siga as regras e normas estabelecidas, mesmo estando sob interesses de determinados grupos e/ou constituam decisões impopulares (GALLAHER, 2012 [2009]). Trata-se, também, a

Geolingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia
ISSN 2175-862X (on-line)

problemática da geopolítica, superpotências e o território. Segundo Gallaher (2012 [2009]), o território é empregado para compreender/descrever a base espacial de poder, examinando o Estado, movimentos sociais, grupos étnicos/religiosos na materialização do poder no território, criando muitas vezes, espaços de exclusão e de desigualdade.

O terceiro eixo recai as preocupações aos conceitos de colonialismo/imperialismo; economia política; ideologia; socialismo; neoliberalismo; globalização e migração (GALLAHER et al., 2012[2009]). Por esse viés, é possível observar como o mundo contemporâneo foi moldado pelos processos de colonialismo e imperialismo, cada qual com suas especificidades, mas que em geral a prática política se fez presente. Nessa perspectiva os geógrafos tem procurado atualmente compreender as formas de apropriação material e simbólica do espaço como elemento fundamental a expansão e controle (GILMARTIN, 2012[2009]).

O quarto eixo temático caracteriza-se pela delimitação espacial, abrindo breves colocações sobre escala, fronteira e regionalismo. Nesse sentido, Gallaher (2012[2009]) sustenta que esses três conceitos são fundamentais aos estudos da Geografia Política, pelo fato de compreender as relações com os lugares, para se pensar como são delineados. A fronteira recebe uma discussão em vários sentidos, na divisão do espaço em locais separados, na delimitação por muros, cercas, agentes militares, monitoramento/vigilância. Do mesmo modo, estudam-se sobre sua extensão física, simbólica, como são impostas e sobre essas ações para ambos os lados que estão na fronteira. Essas dimensões pressupõem intencionalidades, sujeitos que decidem e interesses em favor daquilo que os separam, do que em prol ao que os une.

O quinto eixo da obra de Gallaher el at (2012 [2009]), recai a abordagem sobre a violência, tomando por fundamento o século XX que é mediado por um contexto de pouca estabilidade, com grande visibilidade da violência registrada no cenário global e a formação de rede de monopolização dos meios de violência entre os países e constituição de um significativo conjunto de exército armado permanente. Ademais, os países com grande capacidade econômica e tecnológica foram grandes articuladores no desenvolvimento de armas com um poder cada vez maior de destruição, criando-se uma verdadeira indústria de produção de armas (GALLAHER, 2012[2009]). Por outro lado, o século XXI não está isento, muitas das características que fez o século anterior ser fundamentalmente violento continuar a existir, isto é, se perpetuam (GALLAHER, 2012[2009]).

O sexto eixo em estudos da Geografia Política pela obra de Gallaher el at (2012[2009]) está à discussão sobre identidade e conseqüentemente dispõem a um debate em torno nacionalismo; cidadania; pós-colonialismo; representação; gênero entre outros (GALLAHER
Geogingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 7, n. 2, p. 103-126, 2015
ISSN 2175-862X (on-line)

et al, 2012[2009]), fazendo um conjunto importante para se pensar a identidade no cenário contemporâneo. Segundo Gallaher (2012[2009]), insere-se nas discussões da política de identidade especialmente, relacionada em grande medida ao cenário político que se encontra em plena mudança. Ainda segundo este autor, se viu o nascimento e expansão de uma variedade de movimentos sociais, principalmente a partir de 1960, tais como o feminismo, direitos dos homossexuais, a direita religiosa, o crescimento do xenofobismo que denota ao racismo e ações agressivas, etc.

A obra indica abordagens e recortes ao quadro de pesquisa da Geografia Política, chamando a atenção ao caráter de divisão espacial, aliás, após o período do conflito da Guerra Fria apresenta a criação de inúmeras formas de divisões do território, novas fronteiras são criadas, algumas redesenhadas, outras desaparecem, os territórios são fragmentados e outros unificados, novos protagonistas misturados com os velhos, cujas práticas políticas se apresentam cada vez mais complexas (CATAIA, 2011).

Recentemente, é possível conceber estudos que retratam sobre a condição fronteiriça, enquanto reflexo de interesses, de construções externas, ações políticas, econômicas e institucionais manifestadas em diferentes momentos históricos. Como se sabe, está na base da Geografia Política as reflexões sobre as fronteiras políticas e suas derivações – faixas e zonas de fronteiras, as relações transfronteiriças e demais tipologias –, utilizadas atualmente diante de um conjunto de sentidos e atribuições (PORTO, 2014).

Na década de 1990, os estudos de fronteiras acompanharam uma significativa retomada, articulado aos diversos eventos internacionais, tais como: o colapso da divisão ideológica Capitalista e socialista, a aceleração da globalização, informações e tecnologias ligadas a comunicação e outros dentro de novas visões conceituais trouxeram elementos fundamentais para se pensar nas fronteiras.

De acordo com o estudo de Silva (2014) no pensar os limites e fronteiras internacionais em suas formas clássica e contemporânea tendo a Geografia Política Contemporânea como fio condutor, verifica que um dos desafios desse campo está na compreensão dos

[...] desdobramentos das várias ações visando a cooperação transfronteiriça institucionalizada entre os países, a partir da qual estratégias territoriais de atores variados divergem, convergem, moldam-se e impõem a necessidade de aportes teóricos e estudos analíticos cada vez mais aprofundados sobre as zonas de fronteira e suas correspondentes interações espaciais no aspecto institucional (SILVA, 2014, p.105).

Segundo Silva (2014), é complicado estabelecer de modo claro uma barreira que venha separar suas abordagens das demais subáreas, pelo fato que, a preocupação com essas questões se sobrepõe ou, pelo menos, equivale a mais de uma subárea. Dessa maneira, essas manifestações estabelecidas necessitam serem compreendidas em interface como forma de não reduzir suas abordagens (SILVA, 2014).

Ainda de acordo com Silva (2014), as análises recentes sobre fronteiras “ênfatizam, examinam e/ou teorizam sobre as principais categorias sociais e políticas, como Estado, nação, nacionalismo, territorialidade, identidade ou etnia”. Entretanto análises empíricas e aplicações concretas de suas problemáticas também persistem.

As fronteiras não são naturais, nem podem ser pensadas dessa forma, são construções políticas e culturais (CATAIA, 2013), com *status* de poder, assim, reconhece suas potencialidades e exige atenção da Geografia Política como recorte espacial importante.

Retomando outra abordagem fundamental da Geografia Política ao cenário contemporâneo apontada na obra, recai aos conflitos como o pós-conflitos; sobre terrorismo e Anti-estatismo, (GALLAHER, 2012[2009]), uma vez que, diante desse excedente de conflitos que ocorre no interior dos países ou em grande parte do mundo, principalmente no que tange ao Oriente Médio diante das problemáticas diferentes etnias, discurso de separatismo, questão religiosa e outros. Em relação aos conflitos internos, o número “tem ultrapassado o enfrentamento entre os Estados e duram cada vez mais tempo” (CASTRO, 2005, p. 266).

Assim, cabe a Geografia Política ter capacidade de entender suas ações e desfechos, visto que, a discussão que encobrem os conflitos, tradicionalmente, não ficou de lado, particularmente se fez muito presente ainda no cenário atual, a título de exemplo, ao viés de guerra entre países, quando atrelado a demarcação de terras e a questão fronteiriça, desprendendo assim, possibilidades analíticas fundamentais enquanto parte constituidora de seu corpo teórico contemporânea. De modo geral, é uma abordagem com um significativo potencial nas análises geográficas, especialmente ao debate do terrorismo que se encontra em pauta no cenário internacional a um bom tempo, apesar de não ser frequente principalmente nas abordagens entre os geógrafos brasileiros. Em grande medida, ainda existe um estranhamento sobre essa temática, apenas recentemente passa a ser tratado no debate teórico com certa relevância.

Na verdade, longe de ser um tema novo, esse estranhamento a temas como guerra, segurança e defesa como abordagem dos estudos geográficos político se deve às experiências trágicas e ao mau uso do passado mantidas ao âmbito dos militares, com uma doutrina

na maioria dos casos legitimando a guerra suja contra militantes e movimentos políticos organizados” (MONTEIRO, 2014, p. 36).

Atualmente, com novas formas perante a organização econômica e política atual, existem fatores muitos variados que os favorecem, tais como o desenvolvimento tecnológico e a organização em rede. Além do mais, a guerra além de transformar em uma indústria bélica, regulada pelo seu próprio sistema de normas, potencializados pelos interesses vigentes de seus países ou grupos, está articulada por um discurso de atos em prol de uma “guerra justa”, isto é, guerras pautadas em “falas” pela defesa de seus territórios de grupos armados; defesa aos atos terrorista; libertação de países sob regimes autoritários e outros, dispondo assim, uma destruição de soberanias de países mais vulneráveis diante dos seus poder de preponderância superior.

Segundo Monteiro (2014) um elemento chave para enriquecer essa discussão é a interface com outras disciplinas, em suas palavras “é preciso estabelecer um diálogo interdisciplinar entre a Geografia e os campos disciplinares que têm tratado mais de perto temas de segurança e defesa, quais sejam, as Relações Internacionais, a Ciência Política, os Estudos de Estratégia” (MONTEIRO, 2014, p. 34).

Em outros dois artigos recentes, publicados na revista *Acta Geográfica*, o geógrafo francês André Louis Sanguin (2014) com “Renascimento Institucional e o futuro da Geografia Política na França a partir da década de 1970”², destacando sobre a evolução da Geografia Política depois de seu renascimento na França na década de 1970 e faz um debate na história da Comissão de Geografia Política. Nesse estudo, o autor aponta algumas temáticas que aparecem como as principais investigações da Geografia Política francesa pós-2000, entre elas são: a Geografia da paz e da guerra; as perspectivas feministas em Geografia Política e como elas enriquecem o debate das atividades e comportamento político; discussão sobre desterritorialização e um o mundo sem fronteiras; e investigações do ciberespaço (SANGUIN, 2014). Conteúdos esses, identificadas nos trabalhos de Mezzapelle & Zarrilli (2009); Potulski (2014) Darmofal (2006); Sparke (2004); Staeheli (2010); Chen&Rodden (2013).

Já o pesquisador Venezuelano Martínez (2014), pela Universidad de Los Andes com a abordagem “Notas sobre Geografia Política: el paisaje fronterizo venezolano” toma como enfoque algumas questões relacionadas ao campo de estudo da Geografia Política pautando suas argumentações aos estudos dos espaços e territórios da fronteira da Venezuela, tomando como referência o aspecto funcional da fronteira como resposta aos interesses unilaterais geopolíticos nacionais.

² Tradução (Francês-Português) do texto por Dr. Camilo Pereira Carneiro Filho e Nátaíia Cruz de Mendonça.

Não é objetivo, aqui fazer uma listagem da literatura internacional em estudos específicos da Geografia Política, apesar de consideramos importantes para essa análise, dispensou aqui, pela sua amplitude. No entanto, esse conjunto de estudos levantados aqui assume uma referência a uma bibliografia internacional expressiva e que tem produzido possibilidades e discussões para ampliar sua agenda temática.

Entre os esforços para alargar as investigações no Brasil e referência para orientar esta área de conhecimento, verificamos a obra de Wanderley Messias da Costa “Geografia Política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder”³. É importante ressaltar que tal estudo foi divulgado na década de 1991, momento aquele em que o Brasil vivenciava um quadro de reorganização do espaço e da economia, com reformas nas ações do Estado, uma descentralização produtiva, distribuição de dispositivos fiscais pelo país, uma abertura da democracia e sob a emergência de novos atores sociais.

Nesse estudo, o autor analisa e acompanha a evolução da Geografia Política e da Geopolítica a partir da sua fase “clássica”, se voltando para o que foi produzido na área e sob esse rótulo. Trata-se de um trabalho com ênfase ao “modo pelo qual os geógrafos têm concebido e interpretado, sistematicamente e mediante *discursos específicos*, as questões da política” (COSTA, 1992, p. 9, grifo do autor). Nota-se que a preocupação maior do autor caminha pela perspectiva que os novos temas decorrentes das mudanças no cenário internacional e nacional que estariam pautados nos “problemas relativos ao poder e as suas formas de manifestações e exercício, do que exclusivamente no poder estatal” (COSTA, 1992, p. 23), sendo fundamentais as análises das formas de distribuição do poder em diferentes escalas espaciais, notadamente, a distribuição no interior da sociedade desse poder.

O autor, em um de seus capítulos, especialmente “Temas e problemas da Geografia Política Contemporânea”, eleva (naquele momento) a necessidade de uma nova reflexão e adequação teórica pelos geógrafos sobre o Estado moderno, uma vez que identifica que o problema da Geografia Política se dava pelas abordagens equivocadas do Estado quanto a sua natureza, significados e funções de várias realidades (geográfica, sociais e política) sobre as quais fizeram os pesquisadores clássicos e seus seguidores, assim, não necessariamente diz respeito aos exageros sobre a importância da relação Estado/sociedade e o território (COSTA, 1992). Além disso, Costa (1992) deixa claro ao longo de sua discussão que a temática de fronteira é um dos temas nucleares da Geografia Política e se faz presente em toda sua trajetória,

³ Originalmente tese defendida em 1991 sob a orientação do Armando Correia da Silva, posteriormente, publicada em formato de livro.

reconhecida nas relações entre o Estado e território. Nesse sentido, não negando o papel das fronteiras na ordem territorial.

A partir dessas afirmações, percebemos o quanto o debate sobre o Estado é acompanhado por interpretações que divergem no tempo e espaço, quando não obscurecido por discussões “reducionistas do determinismo estrutural ordenado pelas relações capitalistas de produção” (CASTRO, 2013, p. 108). Todavia, pensar sobre o Estado é se deparar a um ator institucional legítimo por suas ações, uma das mais importantes instâncias de poder no território, este último que confere-lhe substância, sem o território o Estado é uma figura jurídica, uma intenção, mas não deixa de ser uma realidade histórica e social (CASTRO, 2009). Neste sentido, “pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas praticamente é impossível nos referirmos a um Estado sem território” (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p.19). A esse propósito, o Estado é um problema geográfico pela sua natureza territorial.

O Estado nacional que foi o motor dos estudos da Geografia Política no final do século XIX, e por ele que sua agenda se definia, partilha nos dias atuais questões mais amplas,

[...] “reincorporando o papel dos atores sociais e das instituições políticas e o modo como elas plasmam territórios, produzem e reproduzem desigualdades, ou ao contrário, em que circunstância em que os espaços são capazes de atuar para reduzi-las. Temas como “cidadania, democracia, sistema político, civilidade, identidades etc. estão a espera dos aportes conceituais e empíricos capazes de desvendar as possibilidades explicativas dos seus conteúdos espaciais em múltiplas escalas [...]” (CASTRO, 2005. p.279).

Isso se assemelha ao caso da remodelação do poder em várias escalas nos últimos anos, intensas mudanças se fazem nas abordagens sobre o Estado no Brasil. Talvez um dos exemplos mais notório, é que durante muito tempo se discutiu o planejamento vinculado a sua ação, isto é, o Estado enquanto um agente planejador, com competência de planos de desenvolvimento, de projetos de integração e outros. No entanto, vem sendo substituída substancialmente ao uso da noção gestão e ordenamento, assim vinculado ao ato de agir no espaço. Nesse sentido, a gestão, como categoria, passa a ganhar maior visibilidade na sociedade contemporânea como efeito das novas condições históricas e modificações no universo da ação do Estado (LENCIONI, 2013).

Esse fato pode ser perceptível, por exemplo, numa rápida observação em trabalhos de eventos em seus títulos, como gestão territorial, gestão local, gestão ambiental, gestão das cidades, gestão do conteúdo, gestão política, ordenamento do território, ordenamento regional e outros. Segundo Lencioni (2013, p.16) o:

[...] Estado nem é mais o grande planejador e nem é mais o grande empreendedor, como o foi no passado, quando ele era o senhor na ação pública. Hoje em dia, os planos são adjetivados de estratégicos e têm a característica de articular a ação pública com a privada. Nessa articulação, a ação privada tem disparadamente maior liberdade de propor ações e estratégias que anteriormente, quando o planejamento era fortemente centralizado pelo Estado.

Diante disso, o Estado está mais vinculado a estratégias e ações do que propriamente a questão de planejamento. Tomando-se o ano de 1999, encontramos a dissertação de mestrado “A terminologia da Geografia Política” do pesquisador Jaimes Gonçalves Dias, embora não seja geógrafo, é um estudo com base nos pressupostos teóricos da terminologia, sobre os discursos e termos utilizados por pesquisadores em Geografia Política, uma espécie de glossário de caráter descritivo/didático de Geografia Política (KAROL, 2014).

Tendo em vista a última década, também podemos mencionar as contribuições de Iná Elias de Castro (2005) “Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições” com uma obra que percorre temas com base aos fundamentos conceituais e pelas concepções intelectuais da realidade adequadas a Geografia Política (CASTRO, 2005). Vale salientar que sua obra faz “adaptações das ideias de John Agnew com o intuito de reencantar a política na Geografia” (KAROL, 2014, p.99).

Segundo a autora, “superando os limites estadistas da Geografia Clássica e o aprisionamento da política a economia da geografia crítica, a tarefa frente ao mundo atual é ampla” (CASTRO, 2005, p. 279) comporta e acompanhada por desafios, isso porque, ao discutir as temáticas em Geografia Política não é simplesmente resumir suas delimitações geográficas em suas diferentes escalas analíticas e temporais, mas também, conhecer suas complexidades, ângulos e problemáticas dentro da análise de natureza política.

Para Castro (2005), um dos grandes desafios dentro da Geografia Política é incorporar os fatos e as dinâmicas que trazem o novo e, simultaneamente, considerar e interpretar o antigo diante de um cenário complexo de relações e interesses, por exemplo: as redes de comunicação e informação exercem um papel significativo na sociedade, colaboram para modelar o espaço - tempo, são meios de estruturação do poder no espaço geográfico, atuando para “supervisionar” populações, governos, recursos, economias etc. (RAFFESTIN, 1993).

Segundo seu estudo, novos estudos foram incorporados aos debates geográficos, os problemas internacionais são privilegiados nos manuais da Geografia Política contemporânea, o problema da globalização é colocado em sua pauta, dentro de uma proposta do significado das relações política no espaço (CASTRO, 2005).

Levanta-se assim, apontamentos sobre a temática da globalização enquanto ícone incorporado a seus estudos, pois é uma questão inescapável ao espaço e a sociedade, percorre e vem se desenhando sobre os países há algum tempo, não é exclusividade das discussões econômicas, trata-se de um conjunto de dimensões, e os aspectos políticos também são delimitados por ela, uma vez que, a “globalização cria inevitavelmente pressões sobre as configurações espaciais. Estas pressões resultam em tensões na disputa de interesses políticos nas escalas concorrenciais aquela do Estado nacional” (CASTRO, 2005, p.224).

O fenômeno da globalização perpassa a dimensão econômica, no sentido de que abrange todas as relações sociais, é preciso reconhecer que é assegurada por relações de poder em suas mediações, caso contrário, a “ideia de Globalização permanecerá destituída de maior significação teórica” (ALBUQUERQUE, 2011, p.230).

A autora inclui questões pertinentes sobre a Geografia Política brasileira, especialmente no seu capítulo “Reencatando a geografia Política”, dentro da proposta inicial do seu livro de buscar o interesse pelos seus estudos, pois, segundo autora está “submersa na crença de que os conflitos de interesses nas sociedades e no território se resolvem na solução dos conflitos produtivos” (CASTRO, 2005, p. 11) isto é, se sobrepôs em grande medida a ordem social ao econômico, desta forma, a Geografia Política necessita “reincorporar os papéis dos atores sociais e das instituições políticas e o modo como elas plasman o território, produzem e reproduzem desigualdades [...]” (CASTRO, 2005. p.279).

Dessa forma, diante de um espaço que se mostra híbrido, “nunca a dimensão política dos fenômenos teve tanta visibilidade e nunca se precisou tanto do olhar geográfico para desvendar a complexidade de fatos entrelaçados, aparentemente paradoxais, porem identificáveis a partir das escalas espaciais diferenciadas” (CASTRO, 2005, p.227).

Em 2010, o artigo “Repensando A Geografia Política. Um breve histórico crítico e a Revisão de uma polêmica atual” de José William Vesentini foi publicado na Revista do Departamento de Geografia, que procurou tratar além da origem da Geografia Política a partir dos estudos de Ratzel e sua trajetória teórica, reafirmar a Geografia Política como um saber nomotético e idiográfico (sem ser descritivo) (VISENTINI, 2010).

Na obra “Espaço da Democracia”, organizada por Iná Elias de Castro; Juliana Nunes Rodrigues; Rafael Winter Ribeiro, o estudo reúne um conjunto de pesquisas, com temáticas pouco exploradas, sobre enfoques possíveis na relação do espaço e democracia - representativa e democracia direta, assim, uma contribuição para reafirma à importância da temática democracia ao debate e para compor a agenda de pesquisa da Geografia Política a qual não deve ser pensada fora da ordem territorial de análise. Segundo Castro (2013), a natureza espacial da Geingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 7, n. 2, p. 103-126, 2015 ISSN 2175-862X (on-line)

democracia como teoria e como realidade empírica tem sido estranhamente fraca nas análises da Geografia Política, ainda que se tenham temas pautados ao Estado, gestão territorial, poder do espaço público, justiça social e outros.

A autora fundamenta-se que os debates sobre essas temáticas tomam em suas abordagens, mesmo que subsumidos, os formatos institucionais como parâmetro, e consequentemente, esperava-se uma maior atenção à democracia. De fato, seu debate é limitado, não tem alcançado a dimensão que merece, porque a democracia não está condicionada como um problema conceitual/teórico passível a relevância para esse campo, que acompanha uma resistência em introduzir noções que são objeto de tradução imediatista, isto é, noções que são dadas pelas relações mantidas pelos elementos que fazem parte dessa composição, estão atreladas ao objeto, mas que nem sempre são passíveis ao visível.

De acordo com Castro (2013), dentro da discussão da institucionalidade e territorialidade da democracia no cenário brasileiro, verifica-se um conjunto de trabalhos que a democracia começa a fazer parte das reflexões dentro de alguns temas, entretanto, é uma lista ínfima. Segundo Castro (2013), apesar da democracia não ser tomada como um ponto de partida conceitual e não se têm despertado um debate significativo pelos geógrafos, é uma abordagem possível, pois supõem tanto a sua institucionalidade como a sua territorialidade.

Fato esse inverso à agenda temática contemporânea da Ciência Política, já fortemente afirmada em seus conteúdos. Miguel (2014) justifica que democracia é, há algumas décadas, um horizonte normativo explícita ou implícito desse campo, que segundo ele “o tema da formação e da manutenção de poder se transmuta no tema de organização democrática” (MIGUEL, 2014, p.11). Ainda segundo ele, dentro de uma de suas subáreas [teoria política] a teoria da democracia é uma preocupação preponderante, auxiliando sobre a discussão de justiça.

Miguel (2014) diz que a democracia representativa está na ordem do dia, e desperta novas discussões em decorrência as últimas duas décadas que expressam diversas manifestações populares, usam a expressão “mais democracia” enquanto negação da política tradicional e as modalidades hoje existentes. É também nessa dentro dessa perspectiva que Castro (2011) afirma que a democracia brasileira enfrenta um momento delicado e crucial, em suas palavras uma situação.

[...] de massificação, consolidação e de estabilidade das suas instituições políticas. O sistema eleitoral multipartidário de representação proporcional, apesar das críticas aos seus desvios, não tem sido obstáculo ao ritmo acelerado das mudanças social e econômica no país e ao tamanho e complexidade do seu território (CASTRO, 2011, p.303).

Ainda segundo esta autora, “a expansão das democracias representativas pelo mundo desafia a geografia a engajar-se na compreensão da territorialidade e das escalas desse fenômeno político” (CASTRO, 2011, p. 302). Isso leva a Geografia Política colocar no primeiro plano os estudos da ordem espacial do processo democrático em diferentes escala e, não deixando evidentemente, ser uma abordagem sustentada ou reservada exclusivamente à ciência política (CASTRO, 2011).

Em sua tese⁴ de doutorado, “Geografia Política e Geopolítica no Brasil (1982-2012)” defendida em 2014, Eduardo Karol discute a Geografia Política e Geopolítica produzida pelos geógrafos desde 1982 a 2012. Nesse estudo, identifica a produção/concentração em estudos, questiona a renovação da Geografia no Brasil, ao expor a negligência dos geógrafos com a análise do Estado (KAROL, 2014). Mas, sobretudo, verifica o conjunto de obras da pesquisadora Bertha K. Becker e suas aproximações às políticas territoriais do Estado. Sobre esse ponto, o autor, em parte do capítulo três faz um levantamento da produção brasileira em Geografia Política e geopolítica em artigos publicados em periódicos, livros e capítulos de livros desenvolvidos, propriamente, por geógrafos.

Nesse levantamento quantitativo, o pesquisador encontrou um total de 204 trabalhos, sendo que, 37 são livros, 57 capítulos de livros, 110 artigos em periódicos. Entre os autores, a pesquisadora Bertha K. Becker se sobrepõe aos demais estudiosos com um panorama de 5 livros, 23 capítulos de livros e 34 artigos em periódicos, somando-se ao total de 62 trabalhos de sua autoria. Logo em seguida, a pesquisadora Lia Osório Machado compõem um total de 18 trabalhos; e na sequência com um número um pouco menor encontra-se Therezinha de Castro; Wanderley Messias da Costa; Eli Alves Penha e Jose William Vesentini, constituindo um total de 11 trabalhos cada⁵.

⁴ Posteriormente, ainda no mesmo ano, o autor publicou em formato de livro.

⁵ Os geógrafos indicados pelas suas bibliografias em Geografia Política e Geopolítica escrita entre os anos 1982 – 2012 são: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; ANDRADE, Manuel Correia de; ANSELMO, Rita de Cássia Martins de; Souza BRAY, Silvio Castro; BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A; MACHADO, Lia Osorio; STENNER, Claudio; VIEIRA, Ima Célia Guimarães; CASTRO, Iná Elias de; CASTRO, Therezinha de; COSTA, Wanderley Messias da; THÉRY, Hervé; DAMIANI, Amélia Luisa. EGLER, Claudio A. EVANGELISTA, Helio de Araujo; FAISSOL, Speridião; LOPES Cláudia Cerqueira; VIEIRA, Sebastião; FARIA, Ivani ferreira de; FERRARI, Maristela; FIGUEIRA, Adma Hamam de; AJARA, César; GUIMARÃES, Raul Borges; HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. HORTA, Célio Augusto da Cunha; LIMA, Ivaldo Gonçalves de; MACHADO, Lia Osório. RIBEIRO, Leticia Parente; STEIMAN, R.; PEITER, P. Novaes, A. R.; NOVAES, A. R.; MONTEIRO, L. C. R.; MAGNOLI, Demétrio; MARTIN, André Roberto; MELLO, Marcus Pereira; MORAES, Antonio Carlos Robert. MOREIRA, Ruy. MOURA, Rosa; MUEHE, Dieter; NASCIMENTO, Saumíneo da Silva; NEVES, Gervasio Rodrigo; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; PENHA, Eli Alves; MENDES, Andrea Ribeiro; AZEVEDO, Nilce Moreira de; RIBEIRO, Wagner Costa. SCALZARETTO, Reinaldo; SENA FILHO, Nelson de; CASTRO, Juliani Ervilha B. de; SILVA, Altiva Barbosa da; SILVA, Armando Correa da; SOUZA, Marcelo José Lopes de; VESENTINI, José William; VICTER, Caio Costa. DAMASIO, Frederico Augusto; Luiza MOREIRA, Deschamps Cavalcanti. (KAROL, 2014).

Em sequência ao levantamento de Karol (2014), em uma busca de teses e dissertações em Geografia Política e Geopolítica, o pesquisador obteve um resultado de 34 teses (doutorado)⁶ e 32 (dissertações)⁷ desenvolvidas pelos programas de pós-graduação em Geografia nos últimos 30 anos, de acordo com a temporalidade de sua pesquisa.

Com esse aporte teórico em estudos acadêmicos, temos como suas características uma maior proximidade a alguns de seus conteúdos e um menor enfoque para discussão sobre seu campo de conhecimento propriamente ou sobre sua questão metodológica. Organizamos, no quadro 1, a partir de um levantamento na forma de livros e artigos (em periódicos de Geografia)⁸ dentro de uma análise individual dos textos, um panorama da disseminação em trabalhos de Geografia Política no cenário brasileiro entre 1990-2014.

Com base nesses dados a respeito das pesquisas de Geografia Política, a situação ao longo desses 24 anos, soma-se um total de 23 produções. A quantidade de estudos na forma de artigos em periódicos é superior às publicações de livros⁹, somando-se um total de 16 artigos, sendo que, em sua maioria (13 artigos) são publicações após os anos de 2000, antecedente a isso, há uma produção isolada que não acendeu uma sequência de estudos consistentes.

Em relação à publicação em livros ao período de tempo investigado, destaca-se apenas 2 livros produzidos até o ano de 2000. Já a partir do ano de 2005 verificam um conjunto de 5 livros, resultando em um total de 7 produções, como é possível constatar no quadro 1. Assim, apesar dos poucos estudos, já se consegue perceber por esses indicadores em trabalhos publicados nos últimos dez anos, um momento exponencial em interesses aos seus estudos, que não é momentânea, haja vista o expressivo acréscimo em pesquisas datadas ano após ano.

No quadro 1, é possível verificar que a produção a respeito de Geografia Política não chegava a ser ausente no começo dos anos de 1990, mas mantém-se com estabilidade baixa no número de publicações, a qual obteve um crescimento e progressivo interesse somente a partir de 2010.

⁶ Pelos programas em Pós-Graduação da: Universidade de São Paulo; Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro; Universidade Federal de Uberlândia; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal do Rio Grande do sul; Na Fundação Universidade Federal de Sergipe; Universidade de Campinas;

⁷ Pelos programas em Pós-Graduação da: Universidade de São Paulo; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal Fluminense; Universidade de Brasília; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Estadual de Ponta Grossa; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal Uberlândia.

⁸ Para o levantamento de artigos em periódicos buscou-se, no Portal Periódicos CAPES, revistas com área de avaliação em Geografia, disponíveis na internet e classificadas nos estratos A1, A2 e B1, de acordo com o Sistema Qualis da Capes. Tendo em vista que, o Qualis CAPES é a principal estrutura de mensuração de impacto e também de qualificação dos periódicos no Brasil.

⁹ E ver a respeito em: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. A volta aos periódicos. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 119-134, out. 2011.

Autoria	Ano	Categoria	Título do estudo
COSTA, W. M. de	1992	Livro	Geografia Política e geopolítica: discurso sobre o território e o poder
PORTO-GONÇALVES, C.W.	1992/1993	Artigo/Terra Livre	Geografia Política e desenvolvimento sustentável
BECKER, B. K.	1993	Artigo/Revista Brasileira de Geografia	Geografia Política e gestão do território no linear do século XXI: uma representação a partir do Brasil
BECKER, B. K.; MIRANDA, M.	1997	Livro	A Geografia Política do desenvolvimento sustentável.
MACHADO, L. O.	1998	Artigo/Livro	Geografia Política e Ciências sociais
SPARANO, F. A. E.	2001	Artigo/ Boletim Gaúcho de Geografia	Geografia Política: Identificando diferenças e revisitando conceitos.
DAMIANI, A. L.;	2002	Artigo/Livro	Geografia Política e Novas Territorialidades
CASTRO, I. E.	2005	Livro	Geografia e política: território, escalas de ação e instituições
GUIMARÃES, R. B.	2005	Artigo/ Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde	Geografia Política, Saúde Pública e as Lideranças Locais
HORTA, C. A. C.	2006	Artigo/ Geographia	Geografia Política e Geopolítica: velhas e novas convergências
RIBEIRO, W. C.	2008	Livro	Geografia Política da água
PENHA, E. A	2009	Artigo/Livro	A Geografia Política e Geopolítica: os estudos e proposições de Delgado de carvalho e Therezinha de Castro.
RIBEIRO, W. C.	2010	Artigo/Estudos avançados	Geografia Política e gestão internacional dos recursos naturais
VESENTINI, J. W	2010	Artigo/ Revista do Departamento de Geografia	Repensando a Geografia Política
CASTRO, I. E.	2013	Livro	Espaço da Democracia – Para a agenda da Geografia Política contemporânea
EVANGELISTA, H. A.	2013	Livro	Rio de Janeiro x São Paulo, um ensaio de Geografia Política
SOUZA, G. O. C.	2013	Artigo/Geonorte	Geografia Política e os recursos naturais Transfronteiriços
TEIXEIRA, V.; SILVA, M.	2013	Artigo/Geonorte	Geografia Política: Disseminação da produção científica nos Anais do ENG e da ANPEGE.
SANTOS, J.J.	2013	Artigo/Geonorte	A Geografia Política: viés de análises para políticas de compensações sociais e a dimensão sensível do espaço
ALVES, F. D.; OLIVEIRA, J. A	2013	Artigo/Geonorte	Análise e perspectiva da Geografia Política Latino-Americana
EVANGELISTA, H. A	2013	Artigo/Geonorte	Geografia Política/Geopolítica Clássica a partir de uma dinâmica em sala de aula
EVANGELISTA, H. A.	2014	Artigo/Acta Geográfica	A capital da Geografia Política brasileira
KAROL, E.	2014	Livro	Geógrafos e Geografia Política-Geopolítica no Brasil

Quadro 1: Levantamento das pesquisas em Geografia Política (1990-2014)

Fonte: (2014).

Org.: TEIXEIRA, Vanessa (Março/2015).

Nota importante sobre o quadro anterior é que dois periódicos, apesar de não se enquadrarem nos critérios aqui estabelecidos, foram incluídos nessa parte em específico, a partir da justificativa de que os mesmos lançaram edições especiais em Geografia Política. Sendo os periódicos: Geonorte (B4) com a edição especial “Geografia Política” e Acta Geográfica (B2) edição especial “Geografia Política e geopolítica: teoria e prática”.

Assim, podemos afirmar que apesar da discussão no campo da Geografia Política ainda não possuir totalmente um conjunto de obras como ocorre no âmbito internacional, a produção científica no Brasil sobre a mesma vem se tornando recorrente sobre diferentes perspectivas geográficas e instigantes investigações. Dessa forma, ainda que haja uma ampla produção na literatura internacional, o conjunto bibliográfico existente sobre a Geografia Política no Brasil deixa claro que ainda é pouco expressiva em termos (quantitativo) de pesquisa científica, assim, cuja importância não foi ainda nitidamente percebida pelos geógrafos que estudam a política e relações de poder em sua dimensão espacial e temporal.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões exposta nesse estudo, buscam elucidar alguns questionamentos no intuito de contribuir com reflexões sobre o campo de pesquisa da Geografia Política no Brasil. Assim, inicialmente, é preciso destacar que na Geografia Política, a importância dos fenômenos políticos (institucionalizados ou não) na organização do território, sempre se mostrou obscurecido quando feito um paralelo com outras subáreas voltadas para o tema urbano, rural, econômico, ambiente, as quais compõem uma agenda muito mais apreciada enquanto estudos geográficos (CASTRO, 2005).

Se, por um lado, no âmbito internacional a Geografia Política manifesta uma sólida produção científica com diferentes focos e abordagens, por outro, no Brasil, como foi possível observar, ainda existe uma ausência de literatura nacional, considerando as obras apontadas, bem como os 23 estudos (artigos e livros) publicados nos últimos 24 anos, ou seja, revela um pequeno conjunto de investigações disseminadas, mesmo o Brasil constituindo em um rico laboratório para estudos de áreas sociais (CORRÊA, 2016). Essa situação que somente na última década, se altera de maneira um pouco mais significativa, ganhando aportes teóricos mais consistentes em publicações.

Nesse sentido, o que há no país de fato, é uma produção científica ainda em processo progressivo, fato que é percebido pelas recentes publicações de livros, artigos em periódicos, Geoinf: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 7, n. 2, p. 103-126, 2015
ISSN 2175-862X (on-line)

aos grupos de trabalho sobre Geografia Política em eventos acadêmicos de Geografia (ENANPEGE, ENG), eventos científicos específicos¹⁰, entre outros.

Ainda que no Brasil poucos pesquisadores se detenham sobre o debate da Geografia Política, as pesquisas não estão excludentes e operam sob novas perspectivas com um razoável conjunto de temáticas, com a discussão do Estado como motor dos estudos. Assim, pode-se afirmar que, aos novos fenômenos que impõem o fato político, paulatinamente, a Geografia Política tem encontrado algo a dizer em sua produção científica, discutindo movimentos ecológicos, a organização política, a elaboração de políticas públicas, luta pela desigualdade, cidadania, democracia representativa, política eleitoral, grupos políticos, diferenciação geográfica dos votos, e outros (CASTRO, 2005).

De todo modo, a Geografia Política é revitalizada ao decorrer dos últimos anos, vem adquirindo novos contornos, com um papel hoje muito mais importante do que foi no passado, com pesquisas que buscam entender os efeitos e desdobramentos espaciais dos fenômenos políticos em sociedades distintas e sobre os atores que atuam sobre ela, que podem ser compreendidos por entidades que criam representações e práticas e as manifestam sobre o espaço, temos desde os atores “clássicos” para citar o Estado, exército e a igreja, aos novos atores territoriais da sociedade civil como os partidos políticos, ONGs, guerrilhas, empresas transnacionais, mercado financeiro, mídia e outros, assim, essa variedade de questões do cenário político faz com que a Geografia Política venha sendo renovada constantemente.

Esses apontamentos foram identificados com base ao número de produções científicas no cenário nacional nas três últimas décadas pelas diferentes leituras e como vem sendo representada em discussões a Geografia Política. Desta forma, podemos inferir que, de modo geral, a Geografia Política vem ganhando “espaço” e não se encontra limitado, existe um gradativo interesse pela Geografia Política perante a ciência geográfica e demais campos de conhecimento, ganhando legitimidade no decorrer dos anos, com lacunas a serem preenchidas teoricamente sobre o debate político e de poder do espaço, bem como aos enfoques possíveis na relação do espaço e democracia.

¹⁰ Em 2009 realizou-se o I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder, na cidade de Curitiba-PR. No ano de 2011, organizou-se a segunda edição do simpósio - “II Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder”, e paralelamente, o “I Simpósio Internacional de Geografia Política, Território Transfronteiriço”, na cidade de Foz do Iguaçu –PR. Em 2013 organizou-se o “III Simpósio Nacional de Geografia Política”, na cidade de Manaus – AM, em 2014 o I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, na cidade do Rio de Janeiro-RJ e em 2016 busca-se realizar o II Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, na cidade de Natal-RN.

3 REFERÊNCIAS

AGNEW, J. **Making political geography**. Londres: Arnold, 2002

ALBUQUERQUE, E. S. O lugar do Brasil no cenário Geopolítico mundial Contemporâneo. **Revista ANPEGE**, v7, n. especial 1, 2011.

ALVES, F. D.; OLIVEIRA, J. A. Análise e perspectiva da Geografia Política Latino-Americana. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.55-68, 2013.

AUGUSTO, D. C. Geografia Eleitoral e decisão do voto: Uma análise a partir do eleitorado de Guarapuava-PR. Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava, 2012. **Dissertação** (mestrado).

BARTON, J. R. **A Political Geography Of Latin America**. London, Routledge, 1997.

CASTRO, I. E. Escalas federativas de decisão política no Brasil. Limites institucionais do desenvolvimento regional. In: BICALHO, A. M. S. M.; GOMES, P. C.C. (Orgs). Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

CASTRO, I. E. **Geografia e política**. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, I. E. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Olhares Geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2012.

CASTRO, I. E; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. (Org.). **Espaços de Democracia para a agenda da Geografia Política contemporânea**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil\Faperj, 2013.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In Castro I. E. et al (org) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, Ed 12, 2009.

CASTRO, I. E. O Problema da Espacialidade da Democracia e a Ampliação da Agenda da Geografia Brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 291-305, 2011.

CARVALHO, N. R. Geografia Política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 367-384, 2009.

CATAIA, M.. Território político: fundamento e fundação do Estado. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 23 (1), p. 115-125, 2011.

CATAIA, M. Quem tem medo das fronteiras no período da globalização? **Terra Livre**, São Paulo, Ano 29, v. 1, n. 40, p.65-80, 2013

CHEN, J.; RODDEN, J. Unintentional Gerrymandering: Political Geography and Electoral Bias in Legislatures. *Quarterly Journal of Political Science*, [s.i] v. 8, p. 239–269, 2013.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. Editora Hucitec, São Paulo, 1992.

CORRÊA, R. L. Áreas sociais: uma avaliação e perspectivas. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 1, p. 10-33, mês. 2016.

DARMOFAL, D. The political geography of macro-level turnout in American political development. *Political Geography*, n 25, 2006, p.123 - 150

EVANGELISTA, H. A. Rio de Janeiro: A capital da Geografia Política brasileira. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Política e Geopolítica, 2014. p.139-148.

EVANGELISTA, H. A.. Geografia Política/Geopolítica Clássica a partir de uma dinâmica em sala de aula. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.115-130, 2013.

GALLAHER, C. Hegemony. In. GALLAHER, Carolyn et al (Org.). *Key Concepts in Political Geography*. Londres: Sage, 2009.

GALLAHER, C. et al. **Key Concepts in Political Geography**. Londres: Sage, 2012 [2009].

GONÇALVES, C. U. Geografia Política e poder na gestão do território. **Fragments de Cultura**, Goiânia, v. 18, n. 3/4, p. 251-263, mar./abr. 2008.

KAROL, E. Geografia Política e geopolítica no Brasil (1982-2012). Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas. São Paulo, 2014 – **Tese** (doutorado)

LENCIONI, S. Linhas de pesquisa da pós-graduação em geografia. Mudanças, esquecimentos e emergência de (novos) temas. **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 11, p. 5-19, 2013

MARTÍNEZ, M. V. Notas sobre Geografía Política: el paisaje fronterizo venezolano. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Especial, [s.i], 2014. p.169-184.

MEZZAPELLE, D.; ZARRILLI, L. Border and cyberspace: some reflections of political geography Romanian Review on Political Geography. **Revista Română de Geografie Politică**. [S.I] n. 2, 2009, p. 133-139. Disponível em <<http://rrgp.uoradea.ro/archive.html>> Acesso 21 jan. 2015.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação: território em disputa**. 1ª ed. São Paulo: editora Unesp, 2014.

MONTEIRO, L. C. R. Geografia e segurança internacional: Aproximações contemporâneas. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Especial, 2014. p.33-49

PORTO, J. L. R. A reconstrução da condição fronteiriça Amapaense: da expansão colonial às intenções de interações transfronteiriças. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Especial, 2014. p.149-167

POTULSKI, J. Deterritorialization Of The World As A Challenge For Contemporary Political Geography. **Revista Română de Geografie Politică**, [s.i] n. 1, 2014, p. 5-15. Disponível em <<http://rrgp.uoradea.ro/archive.html>> acesso 21 jan. 2015.

RODRIGUES, J. N.; Participação e cooperação nas escalas locais em dois modelos de Estados: França e Brasil. In **Espaços de Democracia para a agenda da Geografia Política contemporânea**. CASTRO, Iná Elias de. et al (Org.) 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil\Faperj, 2013.

SANGUIN, A. L. Renascimento Institucional e o futuro da Geografia Política na França a partir da década de 1970. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Especial, 2014. p.63-81.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: Técnicas e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. S. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, J. J. A Geografia Política: viés de análises para políticas de compensações sociais e a dimensão sensível do espaço. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1355-1370, 2013

SPARANO, A. E. F. Geografia Política: Identificando diferenças e revisitando conceitos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v 27, n.1, p. 71-77, 2001

SPARKE, M.. Political Geography: political geographies of globalization - dominance. *Progress in Human Geography*, v. 28, n.6, p. 777-794, 2004.

STAEHELI, L. A. Political geography: democracy and the disorderly public. *Progress in Human Geography* v. 4, n.1, p. 67–78, 2010.

SILVA. A. C. P. Geografia e meio ambiente: as políticas de Estado na configuração de sustentabilidades no Brasil. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Especial, p.121-137, 2014.

SILVA, L. O. A Geografia Eleitoral da Representatividade Parlamentar no Brasil Atual. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 5, n. 1, p. 130 - 139, 2014.

SOUZA, G. O. C. Geografia Política e os recursos naturais Transfronteiriços. **Revista Geonorte**, edição Especial 3, v.7, n.1, p.464-486, 2013.

TEIXEIRA, V.; SILVA, M.. Geografia Política: Disseminação da produção científica nos Anais do ENG e da ANPEGE. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, v.7, n.1, p.98-114, 2013

TRIGAL, L. L.; DEL POZO, P. B.. **Geografia Política**. Madrid: Cátedra, 1999.

VESENTINI, J. W.. Repensando A Geografia Política. Um breve histórico crítico e a Revisão de uma polêmica atual. *Revista do Departamento de Geografia*, v.20 [s.i], 127-142, 2010.